

ENCONTROS DEMOCRÁTICOS

C I C L O D E D E B A T E S

ACESSIBILIDADE

A cidade sem barreiras

**espaço
democrático**

Fundação para Estudos e Formação Política do PSD



Encontros Democráticos são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

A Cidade SEM BARREIRAS

A barreira de atitudes é a que mais inibe o processo de inclusão, na sociedade, das pessoas com deficiência. Esse foi um dos alertas feitos pela deputada federal Mara Gabrilli no Encontro Democrático realizado em 14 de outubro de 2016, que teve por tema “Acessibilidade: a cidade sem barreiras”. A deputada fez uma análise da situação das pessoas com deficiências no Brasil e destacou a importância da Lei Brasileira de Inclusão, que entrou em vigor no mesmo ano.

Mediado pelo jornalista Sérgio Rondino, o evento teve a participação de ativistas e lideranças políticas como a coordenadora nacional do PSD Mulher, Alda Marco Antonio, o vereador Andrea Matarazzo (PSD) e a psicóloga Erséa Maria Alves, que integra a direção de duas ONGs voltadas para a defesa de deficientes visuais.

Impossibilitada de se mexer do pescoço para baixo desde que sofreu um acidente de automóvel em 1994, a deputada Mara Gabrilli vem se destacando desde então na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, tendo se tornado uma das principais lideranças nessa área. Atualmente 45 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência. “Muitas dessas pessoas sequer saem de casa, diante das dificuldades que enfrentam”, explicou a deputada.

Esta é a íntegra desse importante Encontro Democrático.

Boa leitura.



SÉRGIO RONDINO: Obrigado a todos pela presença, mais uma vez. Nós recebemos hoje aqui, com muita alegria, a deputada federal Mara Gabrielli, que vai nos falar sobre uma questão que afeta - ou um dia vai afetar - todos nós, que é questão da acessibilidade.

Eu me lembro de que, no início da gestão Serra na Prefeitura de São Paulo, muitos perguntavam a ele: "Que história é essa de Secretaria da Pessoa com Deficiência?" E ele lembrava sempre que a criação de uma secretaria especial para cuidar desse assunto tinha sido uma ideia da Mara Gabrielli. E foi ela a primeira a chefiar essa Secretaria. Então, o tema da acessibilidade na cidade passou a despertar mais atenção da mídia graças à Mara.

Deputada, a palavra é sua.

MARA GABRIELLI: Obrigada, Rondino, pelo convite. É sempre uma honra para mim falar desse tema. A acessibilidade é um tema que entrou na minha vida

há mais de duas décadas, inclusive antes de eu quebrar o pescoço. E, por curiosidade, houve uma época da minha vida em que eu morei fora do Brasil e aí trabalhei como cuidadora de uma moça tetraplégica. A vida tem caminhos que a gente não entende, mas que nos reserva uma grande sabedoria para enfrentar, porque um dia eu fui a Maristela, minha cuidadora, e é interessante a gente poder viver os dois lados. Eu quebrei o pescoço em 94 e fiquei numa situação em que eu era uma pessoa deitada, não falava, só respirava com o auxílio de aparelhos e fiquei um tempo grande nessa situação sem saber se um dia eu iria conseguir respirar sozinha. E não podia imaginar que hoje a minha voz é meu instrumento de trabalho.

E acessibilidade começa aí. A acessibilidade é comunicação, a acessibilidade é informação, não só a acessibilidade a edificações físicas, públicas, privadas, as construções, mas a infraestrutura da cidade, o transporte. E tem uma outra acessibilidade

“ ...a barreira de atitude é a barreira que mais limita o ir e vir de qualquer pessoa com deficiência, seja uma deficiência física como a minha, seja sensorial, uma pessoa surda ou cega, uma deficiência intelectual, mental. ”

que a gente pouco vê, que é a acessibilidade de conduta. As pessoas terem condutas acessíveis. Tem pessoas que são acessíveis e outras pessoas que não são acessíveis. E isso acaba interferindo em todo um projeto de acessibilidade de uma cidade, ou de investimento em tecnologia.

Eu sempre dou o exemplo, Rondino, de quando a gente criou a Secretaria, em 2005. A gente tinha 300 ônibus acessíveis na cidade de São Paulo. Com a atuação da Secretaria, em dois anos a gente passou de 300 para 3.500. É um crescimento, assim, muito grande e que continuou assim, imprimindo na cidade de São Paulo um ritmo de se fazer a acessibilidade no transporte com um certo compromisso, porque depois da Secretaria esse é um tema que está na agenda na cidade.

E pensando na frota de transporte, a gente está com 80% dos ônibus acessíveis. O ônibus acessível não é mais caro. É uma tecnologia de piso baixo, para permitir o embarque e o desembarque no mesmo nível. Mas imagine que a gente consiga transformar toda a frota e o motorista de um ônibus vê lá um cadeirante no ponto, no horário do rush, e não para. Então, adiantou o quê todo o investimento em

acessibilidade se a conduta inacessível do motorista inviabilizou a tecnologia? E isso é uma coisa que acontece muito.

A Secretaria me fez aprender algo que eu não sabia. Meu objetivo sempre foi tirar as pessoas de casa. E no começo eu acreditava que, se a gente transformasse as calçadas em calçadas acessíveis, sem essa colcha de retalhos com degraus, calçadas que tivessem rampas nas edificações para todo mundo conseguir entrar, se a gente aceitasse acessibilidade, isso resolveria o problema. Mas qual não foi a minha surpresa ao descobrir que a barreira de atitude é a barreira que mais limita o ir e vir de qualquer pessoa com deficiência, seja uma deficiência física como a minha, seja sensorial, uma pessoa surda ou cega, uma deficiência intelectual, mental.

A nossa falta de cultura em conviver com as pessoas com deficiência é que acaba fazendo com que a gente crie barreiras de atitude, que todos nós temos. Basta que a gente comece a refletir que a gente vai ver que tem. Tem que ter vergonha disso e querer derrubar essas barreiras, porque a gente com atitude consegue incluir o outro. É o que faz a diferença em uma cidade.

“ **...quando consegue melhorar uma cidade para quem tem deficiência, seja na educação, seja nas calçadas, seja no transporte, a cidade fica muito melhor para todo mundo.** ”

Outra coisa que a gente aprendeu, e que vem comigo desde lá da Secretaria, é que a gente tem que ouvir as demandas que vêm de uma pessoa até tentar resolver, mas também fazer com que essa demanda vire uma estratégia, que passe de uma pessoa para uma política pública e assim contemple outras pessoas.

Agora virou moda na cidade o motorista de ônibus falar para a pessoa com deficiência: “Pega o próximo ônibus, porque o próximo é acessível”. O motorista não tem esse direito de fazer um cadeirante ficar horas esperando pelo próximo ônibus porque o próximo tem acesso. E dizem que há muitos ônibus com elevador quebrado na cidade de São Paulo. Dizem que está quebrado, mas aí, quando a gente pega o número do veículo e vai lá verificar, não está quebrado, não.

Então é a barreira de atitude do cobrador, ou de quem diz que o elevador está quebrado por medo de ter que operar o elevador em horário de rush. Isso acontece mesmo em outros horários. Então, em muita coisa relacionada à acessibilidade a gente esbarra na qualificação e capacitação de profissionais. Isso com certeza ajudaria muito a gente fazer a cidade virar uma cidade melhor.

A gente tem um dado do Censo de 2010, de que 45 milhões de brasileiros têm algum tipo de deficiência. Isso corresponde a 24% da população brasileira. É um número que assusta, até porque muita gente não sai de casa. Se elas saíssem as outras pessoas iam achar que aconteceu uma epidemia, alguma coisa... A gente não vê essas pessoas, elas não saem de casa. E desses 45 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, 68% são pessoas idosas. A gente sabe, por uma estimativa, que até 2040 a população de idosos vai aumentar de 11% para 27% do total. Então, a gente também precisa fazer um trabalho sobre isso. Estamos falando de pessoas idosas, muitas das quais acabam tendo uma mobilidade muito reduzida, até para empurrar um carrinho de bebê. É um contingente de pessoas muito grande que tem necessidade de acessibilidade.

E outra coisa que a gente já percebeu é que, quando consegue melhorar uma cidade para quem tem deficiência, seja na educação, seja nas calçadas, seja no transporte, a cidade fica muito melhor para todo mundo. É um termômetro maravilhoso para se fazer política pública. Se estiver bom para a pessoa que tem deficiência, estará maravilhoso para o restante da população.

Isso também vale para a escola, que é um caso mais específico. Imagine um professor que dá aula e que tem a capacidade de ensinar um aluno com síndrome de Down ou um aluno autista. Ele é melhor para ensinar qualquer outro aluno, até porque a gente não acredita que algum aluno não possa aprender. Toda criança tem capacidade de aprender. Mas a gente se depara com gente que não tem capacidade para ensinar. Isso, sim, acontece. É o que acontece no Brasil com relação à pessoa com deficiência, o que é mais um agravante.

Hoje, só um por cento das escolas de ensino básico no Brasil tem acessibilidade. Então, como é que as nossas crianças vão estudar se não têm nem acessibilidade nas escolas? E a gente ainda questiona esse um por cento, porque muitas se disseram acessíveis porque têm aulas no primeiro andar ou no térreo, mas muitas vezes aquela falta de acessibilidade na conduta coloca a criança cadeirante para ter aula no segundo andar sem elevador. Também acontece muito.

Só para terminar a parte das tragédias, no Brasil alguns Estados procuram ser inclusivos, como o Estado de São Paulo, contribuindo para que o usuário do SUS tenha uma condição mais adequada de acesso a uma cadeira de rodas. Mas em muitos Estados o tempo de espera de uma cadeira de rodas entregue pelo SUS é de 5 anos e meio. Então, uma criança espera cinco anos e meio para ir à escola, porque não são todas as mães que têm estrutura para carregar o filho. Pior, quando a cadeira chega já não serve mais. Essa é uma das piores políticas de concessão de órteses e próteses no mundo. Mas mudou toda a equipe que vem trabalhando isso dentro do Ministério e a gente espera que consiga melhorar, porque hoje é uma vergonha.

A questão da deficiência extrapola a questão partidária, tanto no bem quanto no mal. Nem lembro quais são os partidos mas, enfim, posso falar que o



meu partido também peca muito. No Estado de São Paulo, por exemplo, em setembro ainda não tinham entregue os livros em braille. O aluno passa um ano inteiro lá sem ter material pedagógico. Isso, por uma falta de planejamento. É um tema que tem que estar na gênese da política pública. É preciso pensar nesse público.

Uma coisa oportuna na minha chegada à Câmara dos Deputados foi que havia um projeto de lei pronto para ser votado em plenário. Era o Estatuto da Deficiência. Ele foi protocolado pelo Paulo Pahim em 2000 e só em 2012 estava pronto para ser votado em plenário. E aí alguns deputados viram aquilo e pensaram: nossa, é para pessoas com deficiência. E queriam votar em regime de urgência. Só que o projeto não estava de acordo com as necessidades do segmento.

Houve uma convenção na ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência que durou quatro anos. Foram 192 países discutindo esse tema, discutindo as políticas públicas para pessoas com deficiência, o direito das pessoas com deficiência no mundo inteiro e disso surgiu um documento que o Brasil ratificou com quórum qualificado na Câmara e no Senado.

Isso quer dizer o quê? Que somos seguidores de um tratado internacional que foi o primeiro tratado internacional dos direitos humanos do século 21 ratificado pelo Brasil. E que por ser um tratado internacional tem peso de norma internacional, o que foi absorvido pela nossa Constituição, mas infelizmente os nossos operadores de Direito não usavam o nosso tratado internacional para tomar determinadas decisões.

E aquele Estatuto que estava lá para ser votado não estava em sinergia com a convenção. Então, o que a gente fez? A gente criou um grupo de trabalho com juristas e especialistas para reescrever esse estatuto à luz da convenção. Eu fui nomeada relatora desse estatuto e ainda num momento em que a minha própria equipe falava assim: "Você não vai querer ser relatora desse negócio". Isso porque havia um bombardeio nas redes. A população odiava aquele estatuto, porque ele começava assim: "A pessoa com deficiência é insuficiente para o trabalho". Por que ela é insuficiente? Então, o segmento não gostava. Mas eu me senti responsável. Pensei assim: ora, vou deixar essa relatoria para outra pessoa, para outro deputado, por medo de apanhar? Eu não posso, eu vou ter que apanhar mesmo, porque relatar é uma missão.

Aí, tudo bem, fui nomeada relatora e me comprometi com o segmento. Primeiro, garanti que não iria de forma alguma permitir qualquer retrocesso no texto. E deixei em consulta pública durante seis me-

ses. Foi o primeiro projeto de lei na Câmara Federal traduzido na íntegra na língua brasileira de sinais, para os surdos poderem contribuir. E como existe uma ferramenta da Câmara que se chama *Em Democracia*, através da qual todo mundo pode fazer sugestões, chegavam sugestões de ministros, senadores, juristas... E eu não recebia sugestões, nem por e-mail, encaminhava para lá. Assim, o texto foi construído pela sociedade.

Eu fiz audiências públicas em São Paulo e Brasília, mas no resto do Brasil foram os outros deputados que fizeram. Montamos um kit de audiências públicas e demos para deputados de todos os partidos pilotarem as audiências e ponderarem sobre o texto. E aí, claro, como vários deputados se envolveram na causa, foi uma votação com unanimidade, tanto na Câmara quanto no Senado. Foi um trabalho muito bem feito. E virou um case na Câmara federal.

A Milani, que trabalha na área de comunicação comigo, foi fazer um curso de comunicação na Câmara e viu que todos os exemplos que dão são da lei em que o Estatuto se transformou, a LBI - Lei Brasileira de Inclusão. Nunca houve algo tão democrático na casa. Eu fui o instrumento para a elaboração da lei, mas quem a escreveu foi a sociedade. E eu parei de apanhar. A responsabilidade não era mais minha, era dos que fizeram.

É uma lei muito bem feita. Entrou em vigor agora em janeiro de 2016, com o nome que veio do Rio de Janeiro, de uma audiência pública feita lá, em que a população gostou do nome - Lei Brasileira de Inclusão. E ela está causando fervor em várias áreas, porque são 150 artigos que dispõem sobre saúde, educação, infraestrutura, cultura, ciência e tecnologia, esportes...

Quando a gente fala de educação, a Lei Brasileira de Inclusão proíbe que se rejeite matrícula de alu-



no com deficiência na escola. Isso já era uma coisa óbvia, do passado. Não se pode proibir matrícula de um aluno com deficiência. E a LBI também proíbe que se cobre a mais de um aluno que tenha deficiência. As escolas já tinham, por lei, a obrigação de serem acessíveis. Não é uma coisa que a gente inventou com a Lei Brasileira de Inclusão. Ainda assim, a Confederação de Estabelecimentos de Ensino Privado entrou com uma ação de inconstitucionalidade (*Adin*) contra a LBI, alegando que obrigar a escola a aceitar um aluno com deficiência é desumano. Eu nunca tinha lido uma coisa tão ao contrário. Mas entraram com isso e foram para o Supremo. E, graças a Deus, todos os ministros do Supremo consideraram a Lei Brasileira de Inclusão constitucional e derrubaram a *Adin*. Outras virão, talvez, porque a gente acaba fazendo uma mudança no olhar, principalmente na definição do que é uma pessoa com deficiência. Antes, essa definição era feita com lau-

do médico. "Ah, ela é surda de não sei quantos por cento". Só que, hoje, a definição de uma pessoa com deficiência passa a ser bio/psico/social.

O que é isso? Sempre gosto de me usar como exemplo, embora teoricamente eu tenha uma deficiência muito severa, porque eu tenho muito pouco movimento do pescoço para baixo. Só que o fato de eu ter estrutura, de ter estudado, de ter uma boa saúde e alguém para ficar comigo 24 horas por dia - se eu não tiver isso, não faço absolutamente nada - acaba me tirando da situação de severidade da deficiência.

Agora, imagine que alguém lá em Ermelino Matarazzo que quebrou o pé numa comunidade cuja topografia é muito ruim, ele é mais deficiente do que eu. Então, não é possível definir a deficiência de uma pessoa se a gente não levar em consideração o meio em que ela está inserida, porque vai fazer muita diferença. Se a pessoa é cega, mas tem toda uma

“ **...se a pessoa tem uma deficiência e não existe nenhuma barreira que a impeça de exercer a cidadania, de trabalhar, de estudar, de amar, de fazer o que ela quer, cadê a deficiência?** ”

organização em casa, ela não vai chegar aqui com uma meia de cada cor. Imaginem que tudo é certinho: ela pega um elevador que fala, ela vai na rua e tem um piso táctil direcional, piso táctil de alerta, pega um ônibus com aviso sonoro, chega no local de trabalho e tem uma ilha em que ela consegue pegar com autonomia e liberdade um *software* de voz em que trabalhe.

O que aconteceu? A deficiência dela diminuiu muito por conta de toda essa tecnologia a serviço dela, de toda a estrutura da cidade. Agora, quando você tira tudo isso de uma pessoa, aí a deficiência se agrava. Então, a definição de pessoa com deficiência na Lei Brasileira de Inclusão é uma definição que coloca a deficiência na cidade. A cidade é que tem deficiência. E quando você interage a pessoa com aquelas limitações que ela tem e com aquelas barreiras que a cidade oferece, é aí que a deficiência aparece.

Porque se a pessoa tem uma deficiência e não existe nenhuma barreira que a impeça de exercer a cidadania, de trabalhar, de estudar, de amar, de fazer o que ela quer, cadê a deficiência? Ela é uma pessoa que se utiliza de outras formas para fazer as coisas. Isso é para a gente ver o quanto a acessibilidade numa cidade interfere no dia a dia de todas essas

pessoas. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cada pessoa com deficiência tem ao menos duas pessoas diretamente ligadas a elas, seja familiar ou profissional. Pessoas que acabam se envolvendo nessa mesma questão.

Então, se a gente pega os 45 milhões de brasileiros e mais as pessoas ligadas a elas, esse é o número de pessoas que precisam de acessibilidade diretamente, de uma forma ou de outra. E se a gente pensa na acessibilidade de alguma pessoa que tem uma limitação física, imagina o quão excludente não é uma pessoa surda circulando numa cidade como São Paulo sem um intérprete da linguagem brasileira de sinais. Como é que ela se comunica? Como ela chega e relata uma dor num hospital, por exemplo?

Por isso a gente vê que muitos surdos são presos por engano, no Brasil, por conta da falta de comunicação. Porque nem 15% dos surdos brasileiros sabem ler ou escrever o português, são alfabetizados na linguagem dos sinais. E muitos não conhecem o português. Você pode dar uma caneta e um papel nas mãos dos surdos que muita gente não vai conseguir essa comunicação. Por aí a gente vê como é a falta de preparo que acaba excluindo as pessoas.

A primeira lei que fiz na vida quando fui vereador

dora foi criar a Central de Intérpretes de Libras para surdos e de intérpretes para surdos e cegos. Há uma população enorme de surdos e cegos que a gente pouco vê, mas há uma deficiência de intérpretes. E se a pessoa tem um profissional que faz a linguagem de sinal na pele, ela consegue fazer qualquer coisa.

Eu sempre lembro que a Helen Keller era uma surda-cega norte-americana e tinha muitos recursos. Até os 7 anos era uma criança selvagem, gritava, uivava, comia com as mãos, era uma selvagem. Até que apareceu uma professora com o desejo de ensiná-la. Chama-se Anne Sullivan. É até nome de escola. E essa professora começou a fazer língua de sinais na pele de Helen Keller. E, *by the way*, essa professora era cega. Quem ensinou era uma professora cega. E as escolas tem dificuldade para encontrar uma professora cega. Helen Keller tornou-se presidente de entidade, fez faculdade, doutorado, escreveu um livro. Era um exemplo. Era completamente surda e cega, mas ela teve essa profissional que fez toda a diferença na vida dela.

Todo esse processo democrático de se construir a legislação hoje tem muito impacto no seu cumprimento, porque as pessoas estão aprendendo o que é a LBI, para poder administrar esses direitos. E acho que agora é uma função nossa fazer com que o Executivo aprenda, para poder cumprir. Uma das mudanças que a LBI trouxe foi uma mudança nos estatutos das cidades, trazendo a responsabilidade - é um projeto que o Andrea Matarazzo tinha como vereador - de fazer com que a responsabilidade em liderar o processo de concepção de calçadas passasse a ser agora do poder público.

O poder público pode arrumar formas de pagar, pode fazer contribuição de melhorias, pode fazer parceria com a iniciativa privada, pode mandar fazer conta, pode usar do próprio orçamento, mas é ele quem

tem que mandar fazer o projeto do quarteirão, para que a gente não tenha mais essa colcha de retalhos que são as nossas calçadas. Ele tem que liderar o processo e assumir um programa de criar rotas estratégicas. Rota estratégica é o roteiro de pedestres e tem de ser cumprido. Basta que a cidade tenha mais de 20 mil habitantes e tenha, portanto, um Plano Diretor.

E quem vai fiscalizar isso? São os nossos novos parceiros - os tribunais de contas. Ficou para os tribunais de contas essa função de fiscalizar o cronograma de calçadas que o prefeito oferece. E o que mais aconteceu? O não cumprimento dessas metas e desse cronograma vai significar improbidade administrativa, crime administrativo. A partir de agora, os prefeitos terão que liderar o processo das calçadas, porque, além de tudo, há outra campanha acontecendo nos tribunais de contas do Brasil, que se chama Acessibilidade Total, para não aceitarem mais, de forma alguma, as contas de prefeitos ou secretários que descumprirem a Lei Brasileira de Inclusão. Então, não tem mais desculpa, tem que fazer.

A LBI tem um capítulo inteiro de acessibilidade que determina que as normas devem ser cumpridas obrigatoriamente para a aprovação de qualquer projeto arquitetônico, urbanístico, de comunicação e informação e a fabricação de veículos de transporte coletivo. Isso também é muito importante. No começo de minha gestão na Secretaria da Pessoa com Deficiência, em São Paulo, a gente interferiu lá no manual da SPTrans, a empresa que comanda o sistema de transportes na cidade, para que a frota de ônibus fosse renovada com ônibus acessíveis e não se permitisse mais aqueles ônibus com dois lances de escada. Tem que ter piso baixo central, mas sem escadinha para subir.

Outra coisa é a outorga ou renovação de con-

cessão, permissão, autorização ou habilitação de qualquer natureza. Ou seja, a cidade tem que ser acessível na infraestrutura e nos seus serviços. De todas as formas, de todos os lados, tem que existir acessibilidade. A aprovação e financiamento de projetos com a utilização de recursos públicos por meio de renúncia ou incentivo fiscal, contrato ou convênio ou instrumento congêneres tem que seguir a acessibilidade. E a concessão de aval da União para a obtenção de empréstimos de financiamento internacional por entes públicos e privados também tem que seguir a Lei Brasileira da Inclusão e a acessibilidade.

E a gente tem também uma política nacional de mobilidade urbana e o princípio número um é a acessibilidade universal, que também tem como princípio a equidade no acesso do cidadão ao transporte público coletivo e ao espaço público de circulação, vias e logradouros. A inclusão da pessoa com deficiência é um tema que sempre vai caminhar para o universal, em todas as pastas, sem exceção.

Então, é muito importante que a gente tenha um trabalho pedagógico dentro de prefeituras, de governos estaduais e do governo federal. Muitos não fazem porque não sabiam o que tinham de fazer. É um tema que diz respeito a todos nós. Por mais que você não conviva com pessoas com deficiência, a gente quer envelhecer com dignidade. Vai chegar uma hora em que a gente vai ouvir menos, enxergar menos, vai ter mobilidade reduzida, vai raciocinar de forma mais lenta e a gente vai precisar de todos os acessos que são fundamentais para todas as pessoas com deficiência.

SÉRGIO RONDINO: Muito obrigado, Mara. Antes das perguntas e comentários, eu gostaria de ouvir

lideranças do PSD que, em seu trabalho na gestão da cidade, lutaram pela solução de questões como essas que você está colocando aqui. A primeira é a Alda Marco Antonio, coordenadora nacional do PSD Mulher, que foi vice-prefeita e secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Outro é o vereador Andrea Matarazzo, que foi secretário municipal de Coordenação das Subprefeituras.



ALDA MARCO ANTONIO: É uma honra muito grande ter você aqui em nossa casa, Mara Gabrielli. É uma honra ouvir a sua voz, que é a de uma personalidade superconhecida que está aqui conosco hoje contando um pouco de sua história. Realmente é um dia muito rico aqui para nós. O que eu posso dizer é muito obrigada por ser cidadã envolvida nessa questão, que cuida dessa questão, cuidando de crianças, cuidando de idosos, cuidando de pessoas que precisam de atenção especial, eu vejo a grandeza que é a sua vida. Você enfrentou uma tragédia e fez dessa tragédia algo grande, algo que possibilita um ganho a todos os cidadãos e cidadãs brasileiros. Muito obrigada pela decisão que você tomou de não se entregar, de renascer e dirigir toda a sua energia para o bem comum. Isso

realmente deixa a gente diminuída, pequena e com vontade de transformar todo esse constrangimento diante de sua vida em força para tentar ajudar você, que é uma grande liderança nacional nessa área. Então, parabéns, muito obrigada por você existir e por ter tomado essa decisão.

SÉRGIO RONDINO: A Mara fez referência a essa questão das calçadas, que é essencial para a acessibilidade de todas as pessoas, deficientes ou não, principalmente os idosos. E essa foi uma preocupação permanente de Andrea Matarazzo como secretário das Subprefeituras e como vereador. Andrea, seu comentário, por favor.



ANDREA MATARAZZO: Boa tarde a todos, boa tarde Mara, obrigado por ter aceito o convite do nosso Espaço Democrático. Essa presença é importante porque o PSD acaba de eleger prefeitos e vice-prefeitos em mais de 100 cidades paulistas, para quem a gente vai divulgar de diversas maneiras o conteúdo integral deste Encontro Democrático. E também para os eleitos em todo o Brasil, pois o PSD é o terceiro maior partido do Brasil em número de prefeitos eleitos. E vamos crescer mais.

Quanto à questão das calçadas, é importante lembrar o seguinte: quando surgiu essa grande preocupação de políticas públicas para pessoas com deficiência? Surgiu quando foi criada aqui em São Paulo a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência, na gestão do Serra e do Kassab. Essas ações é que trazem visibilidade a uma questão que não era preocupação do gestor público. Acho que o Serra e o Gilberto Kassab, nesse aspecto, se destacaram. Foram nove anos entre as duas gestões, com uma ênfase muito grande para o problema. E a Mara, como a primeira secretária do Brasil da Pessoa com Deficiência, deu uma visibilidade muito grande. Isso despertou para a questão e a ideia se estendeu por várias cidades e Estados que hoje têm secretarias da Pessoa com Deficiência. Temos que lembrar que isso começou aqui em São Paulo - e a questão de calçadas é a mais básica.

A gente sempre diz que a calçada é a via pública do pedestre, e, portanto, é a via pública de maior importância na cidade, porque todas as pessoas a utilizam. Mas a sensação que se tem é de que ninguém percebe muito. São Paulo é uma cidade em que não se consegue andar.

Nós fizemos a lei que obriga o poder público a fazer as calçadas. Da mesma forma que o poder público asfalta e faz a manutenção da via pública do automóvel, que é a rua, faz a manutenção da via pública do ônibus, que é o corredor, faz a manutenção da via pública da bicicleta, que é a ciclovia, não tem por que não fazer a manutenção da via pública do pedestre, que é a calçada.

Por que a calçada é de responsabilidade do dono do imóvel? Ninguém aqui deve ter saído de sua casa algum dia com uma picareta na mão e quebrado a própria calçada, para ser responsável por consertá-la. Quem quebra calçada normalmente ou é alguém que estaciona o carro em cima, ou é a



Prefeitura, para plantar alguma árvore ou fazer qualquer manutenção, ou é qualquer concessionário do serviço público. Nunca é o proprietário do imóvel, que deve se perguntar: "por que vou ser responsável se é a Prefeitura que quebra a minha calçada?". E o resultado disso é o que a gente vê em São Paulo - as calçadas completamente intransitáveis.

A questão do desenho universal - se é que posso usar esse termo, acho que sim -, que é o desenho que serve para tudo, também começou em São Paulo em habitações de interesse social. Também é obrigação do desenho universal priorizar os apartamentos do primeiro andar ou do térreo para as pessoas que tenham algum tipo de deficiência ou pessoas idosas. A meu ver, o desenho universal deveria ser usado em todos os imóveis. Eu faria isso, porque não encarece praticamente nada. E me parece que devemos ter uma lei específica para que os imóveis tenham, por exemplo, alças nos banheiros, ou tenham a largura das portas que permitam passar uma cadeira

de rodas. E, com a longevidade das pessoas, todos nós, em algum momento, usaremos cadeira de rodas, não por preguiça, mas por necessidade.

Então, eu acho que esse é um assunto, Rondino, que foi super bem escolhido pelo Espaço Democrático para a gente discutir, um tema, como diz a Mara, universal, um dos principais entre todos os assuntos que a gente discute aqui em relação à cidade. Seria bom divulgar o conteúdo para os prefeitos do PSD em todo o Brasil, inclusive materiais que a Mara tem, como é o caso dos manuais de acessibilidade nas cidades. Obrigado.

MARA GABRILLI: A gente já tem esse material, só que agora estamos atualizando para colocar a nova legislação, para mostrar aos prefeitos como eles podem fazer política pública de acessibilidade na habitação, no transporte, na infraestrutura. E contando sobre a nova legislação sobre as calçadas e dando ideias. É uma coisa que a gente poderia fazer juntos, para distribuir.

SÉRGIO RONDINO: Sem dúvida. Tem sido exatamente esse o objetivo dessa série de "Encontros Democráticos" que temos realizado aqui no Espaço Democrático, principalmente ao longo deste ano, por se tratar de um ano de eleição municipal. Focamos especialmente nos temas ligados aos problemas das mais diversas áreas da administração municipal - saúde, educação, mobilidade, esportes, turismo, saneamento básico... e até uma cartilha especial sobre o que são e como fazer PPPs, as Parcerias Público-Privadas nos municípios. Todo esse material está disponível no site do Espaço Democrático na forma de revistas digitais, como acontecerá com esse rico conteúdo que a Mara Gabrielli está nos apresentando aqui.

ANDREA MATARAZZO: Obrigado, parabéns mais uma vez. Quando eu estava na SPTuris, empresa de eventos da Prefeitura de São Paulo, andei conhecendo alguns exemplos de cidades que são hoje referências no Brasil. Inclusive conheci um trabalho muito bonito lá em Pernambuco, onde a Secretaria Especial resolveu transformar grande parte de Fernando de Noronha, que tem aquele relevo terrível, em num lugar mais acessível. Eu gostaria, Mara, que você desse alguns exemplos de cidades que você considera que são referências de acessibilidade.

MARA GABRILLI: É tão difícil isso... São Paulo é o que tem de melhor e de pior. Porque uma região muito vulnerável de São Paulo acaba sendo muito menos acessível e mais difícil de viver do que certas regiões do sertão nordestino. E a gente tem alguns lugares que são emblemáticos, como Uberlândia, que teve a primeira frota de transporte no Brasil que é cem por cento acessível.

Temos também a cidade de Socorro, que embora nem seja tão acessível assim que possa ser apontada como modelo, é uma cidade de esportes radicais para a pessoa com deficiência, que estão presentes em todas as pousadas. Eles se especializaram em esportes radicais - e esportes para pessoas com deficiência. Embora agora seja obrigatório para as pousadas ter 10% dos seus quartos acessíveis, não fechados, mas com uma porta pela qual entre uma cadeira, circulável, em muitas cidades não existe isso. E as pousadas e hotéis de Socorro têm acessibilidade, por conta dessa vocação da cidade.

Curitiba apareceu com aquele sistema de transporte, que inclusive o Rio de Janeiro usou agora nas Paraolimpíadas, para dar acessibilidade àqueles ônibus que circulam por toda a cidade. Eles fizeram mais ou menos o que fizeram em Curitiba, onde o ônibus não é acessível, mas elevaram o sistema de embarque e desembarque para que tivessem alguma acessibilidade. E a gente tem alguns exemplos de cidades que têm praia com alguma acessibilidade. Agora, apontar uma cidade brasileira completamente acessível, que seja modelo, é ir muito além.



GABRIELLE JORDANO: Boa tarde, sou do PSD

Mulher. Minha mãe é professora de crianças com deficiência mental e ela dá aula numa escola estadual para crianças de primeira à quarta série, como aula especial. Uma coisa que me chama muito a atenção é a falta de professores qualificados para atender esses 24% da população com algum tipo de deficiência, como você falou. Minha mãe contou que há dois ou três meses apareceu lá uma aluna cadeirante, na terceira série, com 12 anos, que conseguia ler e escrever, sem nenhum problema intelectual, mas que por ser cadeirante foi colocada de lado. E há milhares de outros casos em escola pública que ela tem para contar. Eu queria chamar a atenção para a falta de políticas capazes de colocar professores especializados para atender essa imensidão de pessoas.

MARA GABRILLI: Você quer ver onde está a gênese desse problema, que é uma coisa que a LBI tenta corrigir? Eu, como deputada, não posso obrigar o Conselho Nacional de Educação, por exemplo, a tornar certas disciplinas obrigatórias na faculdade. Mas por que isso acontece? Porque não é obrigatório na faculdade de Pedagogia o atendimento do ensino especializado. Não é disciplina obrigatória, assim como não é disciplina obrigatória a acessibilidade na faculdade de Engenharia, ou de Arquitetura. Então é claro que o dono de um estabelecimento, que vai abrir um restaurante, quer que todo mundo frequente. Aí o arquiteto vai lá e faz de um jeito que o cadeirante não entra. Isso aconteceu comigo no Ritz, lá no Itaim. Eu sou cliente, o Marcelo Rubens Paiva é cliente. Então, o arquiteto pisou na bola porque eu fui lá inaugurar e não passei na porta.

A mesma coisa ocorre com um diagnóstico de autismo, por exemplo. Porque autismo não é disciplina obrigatória na faculdade de Medicina e nin-

guém diagnostica. É assim como uma doença rara. Enquanto isso, o que a gente fez? Trabalhando junto com o Ministério da Educação, que é quem disciplina isso e coloca currículos obrigatórios na faculdade, a gente discutiu o assunto. A LDI tem uma determinação de que ele passa a ser obrigado a contemplar temas de inclusão das pessoas com deficiência e acessibilidade nas disciplinas do ensino superior.

Mas isso é uma diretriz. Quem manda nisso é o Conselho Nacional de Educação, não é nem o Ministério da Educação. E a gente está trabalhando lá, falando com conselheiros e tentando inserir. Mas é uma mudança cultural.



ROBERTO MACEDO: Eu sou consultor econômico aqui do Espaço Democrático e gostei muito da sua palestra, assim como acompanho sua vida política e pessoal, que admiro muito. A minha pergunta está ligada a uma visão que eu tive hoje aqui. Porque a gente tem uma visão estereotipada das pessoas com dificuldade de inclusão - paraplégico, cego, surdo, e por aí vai. No curso da vida, a própria idade coloca o problema, porque se você for uma criança e não tiver uma condição adequada, vai ser excluída. Minha pergunta é: a criança e o idoso estão naturalmente incluídos no conceito, no grupo que você procura cuidar tanto?

MARA GABRILLI: Ele vai ser considerado uma pessoa com deficiência se tiver uma limitação de natureza física, intelectual ou sensorial que o impeça de fazer alguma coisa.

ROBERTO MACEDO: No caso do idoso, isso é natural, que é onde eu quero chegar.

MARA GABRILLI: Oitenta e oito por cento das políticas acabam incidindo nos idosos. Porque já existe uma tendência, como no Japão. O Japão não separa muito a política pública para o deficiente e a política do idoso. Até as grandes feiras, como a gente tem aqui a Feira de Inclusão, Tecnologia e Reabilitação, são voltadas para a pessoa com deficiência. Eu fui em uma feira no Japão que não é só para a pessoa com deficiência, mas para o idoso e o deficiente. Eles não separam.

ROBERTO MACEDO: No caso do idoso é mais fácil juntar uma coisa com a outra. No caso da criança o objeto é a política educacional, não?

MARA GABRILLI: Uma criança cadeirante, teoricamente, é uma criança como outra qualquer. Não tem, no caso, nenhum impedimento de natureza intelectual ou sensorial. Mas é deixada de lado. Muitas vezes, a pessoa tem distúrbio de aprendizagem e não pode ser considerada como uma pessoa deficiente por ter esse distúrbio, mas que é tão difícil de lidar quanto. Como um aluno que tem transtorno de déficit de atenção com hiperatividade, a TDH. A gente já passou por situações de a direção da escola falar assim: "Não vamos poder aceitar esse aluno porque ele tem TDH e a nossa cota de deficientes já está preenchida". Uma escola adventista de Cotia argumentou isso e o promotor deu razão à escola. É que os operadores de Direito muitas

vezes desconhecem o tratado do qual nós somos signatários. Agora já não é mais tratado. Agora é lei, tem multa. E a escola, no caso, tratou TDH como se fosse uma deficiência e não aceitou o aluno. Pior, eram gêmeos. Mas quando viram que um deles tinha um déficit de atenção, tiraram o menino da escola.

ANDREA MATARAZZO: Eu acho que nessa questão das escolas ainda temos muitos problemas, principalmente no nível particular. Ainda discrimina. Tem que ter fiscalização. Em termos de legislação, seria melhor pensar nisso antes. Na verdade, ao construir um prédio, você não tem por que não instalar portas com largura suficiente por onde passe uma cadeira de rodas. Não é preciso esperar alguém cair no banheiro e quebrar as pernas para colocar alças dentro do chuveiro ou um piso abrasivo. É uma coisa óbvia. Todo mundo já caiu num banheiro. Não precisa chegar a ser idoso. É preciso pensar como no caso dos primeiros ônibus de piso baixo, em que, se você não era deficiente, saía dele deficiente. Era patético. Inacreditável. É uma coisa em que se devia insistir. A questão de segurança dentro dos imóveis está diretamente ligada ao desenho universal, que facilita a vida de todo mundo. Aí você não é obrigado a esperar a pessoa ficar idosa para ter casa com alça no banheiro, com piso antiderrapante, com a porta mais larga.

MARA GABRILLI: Eu tenho um amigo que tem um câncer diferente. Ele desmaia muito. Ele apaga. E ele tem pânico, morre de medo de apagar dentro de um banheiro. Como se pode carregar uma pessoa passando por uma porta que tem menos de 80 centímetros? Se ele cair num banheiro com a porta pequena, será preciso arrastá-lo pelo pé.



ANTONIO REZENDE: Boa tarde a todos, eu sou coordenador de um dos conselhos da Associação Comercial de São Paulo. Também sou presidente do Conselho Tutelar da zona Norte e da Sociedade de Amigos. Gostaria de tratar da questão das calçadas. Penso que o próprio fiscal da Subprefeitura deveria fiscalizar as calçadas, os buracos nas ruas, as árvores que arrebentam calçadas e também a poda das árvores. Isso é muito importante. Deveria existir uma lei nesse sentido. Andrea foi coordenador das subprefeituras e sabe que o problema é grave mesmo.

MARA GABRILLI: Acho que essa modificação que a Lei Brasileira de Inclusão trouxe acaba exigindo o que o senhor falou. Que o agente vistor - e a gente tenta fazer isso aqui na Prefeitura de São Paulo - tivesse um critério a seguir determinado por um *software*. Então ele chega no local, vai fazer as verificações da edifi-

cação, conferir qual a largura da porta, a inclinação da calçada, enfim, preencher informações num relatório. E o próprio *software* diria se aquele local está correto ou não. Essa foi uma ideia que a gente teve na Prefeitura, para o agente vistor poder fazer isso dentro de um sistema em que ele preencha simplesmente os itens do *software*, e o *software* diz se aquele local é acessível ou não. Essa é uma forma moderna em que você evita outras questões ligadas à fiscalização, preenche de forma eficaz uma informação. Porque ou é, ou não é. E a NBR tem as normas técnicas que definem.

Quando eu era secretária, logo que o Serra deixou a Prefeitura e o Gilberto Kassab assumiu, fui junto com ele inaugurar uma pracinha acessível no Jabaquara. Nunca vou esquecer. O subprefeito ligava para mim e falava assim: "Vamos inaugurar uma pracinha super-acessível". E eu pensava: "Ai, ai ai..." Porque eu via a boa-vontade do subprefeito, mas ele não seguia as normas técnicas. A rampa era uma pista de skate. Eu falava: "Que beleza, mas podia ter um pouquinho menos de inclinação". É difícil você levar essa questão técnica. E eu nunca vou esquecer, Andrea, porque havia brinquedos acessíveis, mas não tinha uma criança para botar no gira-gira. Sobrou pra mim, né? Eu nunca vou esquecer. A galera girando aquele negócio comigo em cima. Era a primeira vez que eu saía com o prefeito e eu com medo de sair voando, eu sair enjoada do gira-gira. Mas deu tudo certo, graças a Deus.

SÉRGIO RONDINO: Eu preciso encerrar porque a Mara tem um compromisso e a gente já abusou bastante do tempo dela. Deputada, muito obrigado, mais uma vez, pela palestra. E agradeço a todos pela participação. Até o próximo Encontro Democrático.

Presidente
Guilherme Afif

1º Vice-presidente
Vilmar Rocha

2º Vice-presidente
Diretor de Relações Internacionais
Alfredo Cotait Neto

Secretária
Alda Marco Antonio

Diretor Superintendente
João Francisco Aprá

Conselho Superior de Orientação

Presidente - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Henrique Meirelles

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Robinson Faria



Fundação para Estudos e Formação Política do PSD

ENCONTRO DEMOCRÁTICO



www.espacodemocratico.org.br